

STJ00114948

RODRIGO FRANTZ BECKER  
ANA CAROLINA ANDRADA ARRAIS CAPUTO BASTOS  
PAULO MENDES  
GUILHERME PUPE DA NÓBREGA  
**ORGANIZADORES**

# **PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO**

DESAFIOS DE CONSOLIDAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E  
HARMONIZAÇÃO DAS NORMAS DE REGÊNCIA

Londrina/PR  
2022

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Processo constitucional brasileiro:  
Desafios de consolidação,  
sistematização e harmonização das  
normas de regência / organizadores:  
Rodrigo Frantz Becker, et al. -  
Londrina, PR: Thoth, 2022.

356 p.

Inclui bibliografias

ISBN 978-65-5959-336-1

1. Direito Constitucional - Brasil. 2. Direito  
Processual. I. Becker, Rodrigo Frantz  
(org.) et al.

CDD 341.2

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** David Sobreira

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Constitucional : 341.2

1225353

**Conselho Editorial (Gestão 2022)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •  
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.  
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel  
Cologna Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.  
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme  
Wünsch • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior •  
Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela  
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia  
R. Tanifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan  
Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

ORGANIZADORES .....	7
AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO.....	15

## CAPÍTULO 1

**Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave**

A SÚMULA: COMO COMPATIBILIZÁ-LA COM A CONSTITUIÇÃO?.....	25
Introdução.....	25
1 A súmula.....	26
1.1 O sistema precedentalista .....	28
1.2 <i>Overruling</i> e <i>Distinguishing</i> .....	31
2 Súmula Vinculante .....	33
2.1 Súmula vinculante e o sistema precedentalista.....	36
2.2 Súmula vinculante e os assentos lusitanos.....	37
2.3 O que vincula na súmula vinculante? .....	40
2.4 O problema de o julgamento pelo STF permitir recursos internos.....	42
3 A impropriedade na utilização da súmula .....	44
Conclusão.....	47
Referências bibliográficas.....	48

## CAPÍTULO 2

**Ana Paula de Barcellos**

PROCESSO CONSTITUCIONAL: AINDA OS PRINCÍPIOS DA NÃO SURPRESA E DO CONTRADITÓRIO SUBSTANCIAL E DA MOTIVAÇÃO ESPECÍFICA. UMA PROPOSTA.....	51
Introdução.....	51
1 Contraditório, motivação e direitos fundamentais: para além da natureza objetiva dos processos de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.....	55

2 Princípios republicano e democrático: contraditório e motivação nos processos de controle concentrado e abstrato de constitucionalidade .....	58
Conclusão .....	62
Referências bibliográficas.....	63

### **CAPÍTULO 3**

**André Macedo de Oliveira**

**Rodrigo Nery**

**Luísa Rocha Corrêa**

EXISTE UMA TEORIA DE PRECEDENTES NO BRASIL? REFLEXÕES SOB O OLHAR DE MICHELE TARUFFO.....	65
Introdução.....	65
1 A advertência de Michele Taruffo: o problema comum aos estudos de precedentes em Direito comparado e os seus reflexos na doutrina brasileira ...	66
2 A compreensão de doutrinadores brasileiros sobre o tema dos precedentes: uma provocação necessária.....	70
3 A “teoria” proposta por Michele Taruffo para o estudo dos precedentes .....	73
4 A atuação do Supremo Tribunal Federal como corte de precedentes (?) .....	78
Conclusão.....	79
Referências bibliográficas.....	80

### **CAPÍTULO 4**

**André Rufino do Vale**

ALGUMAS PROPOSTAS PARA A REFORMA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO .....	85
Introdução.....	85
1 Sistematização e uniformização.....	86
2 Resolução do problema das medidas cautelares monocráticas.....	88
3 (Re)pensar o art. 12 da Lei n. 9.868, de 1999 .....	92
4 A necessária distinção entre técnicas de decisões interpretativas .....	93
5 Liminares no mandado de injunção.....	94
Conclusão.....	98
Referências bibliográficas.....	98

### **CAPÍTULO 5**

**Christine Oliveira Peter da Silva**

SUPREMO TRIBUNAL VIRTUAL: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	101
Introdução.....	101
1 Linha histórica .....	104
2 Críticas ao Supremo Tribunal Virtual.....	109

3 Possibilidades do Supremo Tribunal Virtual .....	113
Conclusão .....	115
Referências bibliográficas.....	116

## CAPÍTULO 6

**Fernando Natal Batista**

O PAPEL RESERVADO À RECLAMAÇÃO NA TEORIA DOS PRECEDENTES E A SUA FUNÇÃO ESSENCIAL NO FORTALECIMENTO DO PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO PELAS CORTES SUPREMAS.....	119
Introdução.....	119
1 Breves comentários sobre a natural vocação da reclamação na tutela do devido processo legal constitucional.....	120
2 As Cortes Supremas em nosso ordenamento: a finalidade da reclamação na consolidação da teoria do <i>stare decisis</i> .....	124
2.1 A reestruturação do sistema judicial brasileiro pela teoria dos precedentes e o conceito de Cortes Supremas.....	126
2.2 O precedente assim definido pela sua <i>ratio decidendi</i> .....	128
2.3 O precedente obrigatório proferido em sede de controle difuso de constitucionalidade: a eficácia expansiva do precedente.....	131
3 A oportunidade de sua regulação procedimental.....	133
Conclusão.....	134
Referências bibliográficas.....	135

## CAPÍTULO 7

**Gisele Santos Fernandes Góes**

**Raimundo Rolim de Mendonça Júnior**

O PROCESSO ESTRUTURAL E O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL POR MEIO DA ADPF.....	139
Introdução.....	139
1 Os problemas estruturais e a judicialização de políticas públicas.....	142
2 A (in)adequação da ADPF como instrumento de resolução de processos estruturais.....	150
Conclusão.....	154
Referências bibliográficas.....	156

## CAPÍTULO 8

**Guilherme Pupe da Nóbrega**

**Victor Hugo Gebhard de Aguiar**

A FORÇA VINCULANTE DAS DECISÕES JUDICIAIS NO DIREITO	
--	--

BRASILEIRO .....	159
Introdução.....	159
1 O incremento da vinculação aos pronunciamentos judiciais no direito brasileiro.....	160
Conclusão.....	171
Referências bibliográficas.....	172

## CAPÍTULO 9

**Jorge Octávio Lavocat Galvão**

**Luiz Felipe Gallotti Rodrigues**

UNIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO: A IRRACIONALIDADE NA MULTIPLICIDADE DE AÇÕES DIRETAS. 177

Introdução.....	177
1 Sistema Brasileiro de Controle Concentrado .....	178
2 Consequências da multiplicidade de Ações Diretas .....	182
3 Unificação dos instrumentos de Controle Abstrato.....	185
Conclusão.....	188
Referências bibliográficas.....	189

## CAPÍTULO 10

**Luiz Guilherme Marinoni**

FUNDAMENTOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DELIMITAÇÃO DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL..... 191

Introdução.....	191
1 Questão constitucional e fundamento do recurso: distinção e consequências.192	
2 Por que a Corte não é vinculada ao fundamento constitucional analisado na decisão recorrida ou deduzido no recurso? .....	195
3 A necessidade de abrir oportunidade para as partes e os <i>amici curiae</i> discutirem o fundamento constitucional não expresso no recurso .....	196
4 A questão constitucional delimitada quando do reconhecimento da repercussão geral pode ser redimensionada .....	198
5 Os limites da Corte diante da questão constitucional estabelecida no recurso extraordinário.....	199
6 A separação de poderes como fundamento da vinculação da Corte ao caso e à questão constitucional instituída pelo recurso .....	205
Conclusão.....	210
Referências bibliográficas.....	211

**CAPÍTULO 11****Luiz Rodrigues Wambier**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NO CONTEXTO DA ORDEM CONSTITUCIONAL.....	213
Introdução.....	213
1 Origem e evolução da garantia do devido processo legal e sua recepção no direito brasileiro.....	217
2 O <i>due process of law</i> como <i>postulado fundamental</i> do sistema processual na ordem constitucional.....	219
3 A integração do princípio da proporcionalidade ao devido processo legal no contexto da ordem constitucional.....	221
Conclusão.....	226
Referências bibliográficas.....	227

**CAPÍTULO 12****Manuellita Hermes**

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: UM PROCESSO INTERAMERICANO .....	229
Introdução .....	229
1 Um problema interamericano-constitucional: o controle de convencionalidade e sua aplicação na jurisdição constitucional brasileira .....	230
2 A ADPF como instrumento de abertura para o controle do descumprimento de compromisso interamericano .....	234
3 Tipologias do uso interamericano da ADPF .....	238
3.1 Controle de convencionalidade prévio à provocação do SIDH.....	239
3.2 Controle de convencionalidade para rever decisão do STF após um julgamento interamericano.....	240
3.3 Controle do cumprimento de decisão interamericana condenatória do Brasil.....	242
Conclusão.....	245
Referências bibliográficas.....	246

**CAPÍTULO 13****Marcelo Cama Proença Fernandes**

O RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL: UM TEMA EM BUSCA DE SOLUÇÃO NORMATIVA .....	251
Introdução.....	251

1 Algumas questões específicas que merecem reflexão .....	254
Conclusão .....	263
Referências bibliográficas.....	266

## **CAPÍTULO 14**

**Melina Girardi Fachin**

**Leticia de Andrade Porto**

“DE FORA” E “DE DENTRO”: O CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL BRASILEIRO .....	269
Introdução.....	269
1 “De fora”: Controle de Convencionalidade a partir do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos .....	271
2 “De dentro”: O Controle de Convencionalidade a partir do Supremo Tribunal Federal .....	275
3 Anteprojeto de sistematização das normas de processo constitucional brasileiro e a proposta de Ação Direta de Inconvencionalidade.....	285
Conclusão.....	290
Referências bibliográficas.....	292

## **CAPÍTULO 15**

**Paulo Mendes**

O CÓDIGO DE PROCESSO CONSTITUCIONAL E O REGIMENTO INTERNODO STF: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FONTES NORMATIVAS DO PROCESSO CONSTITUCIONAL .....	297
Introdução.....	297
1 Regimento Interno como fonte de normas processuais. Uma primeira aproximação.....	298
2 Panorama do direito norte-americano.....	302
3 A possibilidade de os tribunais definirem regras processuais nos seus regimentos internos .....	304
4 O poder normativo dos tribunais na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	309
5 O processo constitucional e o Regimento Interno do STF .....	316
Conclusão.....	323
Referências bibliográficas.....	323



**CAPÍTULO 16****Rodrigo Frantz Becker****Miriam Rocha Freitas**

COISA JULGADA FUNDADA EM DISPOSITIVO DECLARADO INCONSTITUCIONAL PELO STF.....	327
Introdução .....	327
1 Coisa julgada inconstitucional .....	328
2 Inexigibilidade do título fundado em lei ou ato normativo declarado inconstitucional .....	332
3 Conseqüências da declaração de inconstitucionalidade após o trânsito em julgado da sentença exequenda .....	335
Conclusão .....	338
Referências bibliográficas .....	339

**CAPÍTULO 17****Teresa Arruda Alvim**

A MODULAÇÃO E A IRRETROATIVIDADE DO DIREITO.....	341
Introdução.....	342
1 A segurança jurídica, sob o ângulo subjetivo e a atividade do Poder Judiciário.....	342
2 A eficácia da norma criada pelo juiz.....	347
3 Como devem os Tribunais modular os efeitos de suas decisões?.....	349
4 O que justifica a modulação?.....	351
5 Fundamentos para a modulação.....	353
Conclusão.....	354
Referências bibliográficas.....	355